

Prefácio

Nunca é fácil empreender reformas estruturais, seja em que país for. A defesa do *status quo* conta sempre com partidários acérrimos que, em demasiadas ocasiões, acabam por impor a sua curta visão, privando as maiorias dos benefícios decorrentes de qualquer processo de reforma. Apesar disso, a História tem-se construído graças aos reformistas e a indivíduos que foram capazes de superar estes obstáculos produzindo deste modo novas capacidades, novos recursos, novas oportunidades, que conduziram a longos períodos de progresso humano, social e económico.

Ao longo da história, os diversos executivos portugueses têm-se deparado com uma forte oposição à introdução de reformas que impliquem alterações estruturais, tanto por parte das diferentes forças políticas existentes no país, como por parte dos cidadãos. Até 2011 era tal a resistência a este tipo de alterações que nenhum Governo luso tinha conseguido introduzir as alterações de que o mapa de Portugal precisava.

Um dos propósitos do Governo de coligação entre o PS e o CDS, que assumiu o poder em junho de 2011, era precisamente abordar a reforma da administração local de que o país precisava, com a finalidade de a modernizar e adaptar aos nossos tempos.

Antes de dar início a esta reforma, Portugal mantinha uma divisão territorial cujas origens remontavam ao século XIX. Naquela ocasião, os lusos dispunham de 308 municípios, 4259 freguesias ou paróquias e uma extensa lista de empresas locais. Este é o motivo principal pelo qual a reforma administrativa não podia nem devia

ser adiada por mais tempo. A redistribuição territorial resultante da implementação da reforma deveria ser consideravelmente mais racional do que a existente até ao momento. Esta era uma questão que se impunha, uma exigência geracional e, portanto, entendia-se que deveria ser empreendida com a maior brevidade possível.

Sendo consciente da necessidade de repensar e reestruturar o modelo de gestão territorial luso, o Governo de Passos Coelho apostou em pôr em marcha uma reforma territorial que implicaria alterações na divisão do poder local. A reforma devia orientar-se no sentido da implementação de melhorias na prestação de serviços públicos por parte das administrações locais, ou seja, no sentido da construção de um municipalismo mais forte e mais eficaz. A reforma deveria passar necessariamente por uma redução de custos e uma maior eficiência. Tratava-se, definitivamente, de promover uma maior cooperação entre municípios nos aspetos em que fosse possível reduzir custos.

Sucintamente, a reforma assentou em quatro pilares básicos. O primeiro fazia referência à necessidade de reduzir o número de entidades que compõem o setor empresarial local, ajustando a dimensão de cada um à sua importância estratégica. O segundo pilar à volta dos quais girava a Reforma Administrativa de 2011 reafirmava o desejo de reorganização do território, insistindo na necessidade de reduzir o número de freguesias portuguesas. O que seria possível através do processo de fusão das mesmas, dando lugar, deste modo, a freguesias novas e maiores. O terceiro pilar relaciona-se com a gestão municipal, intermunicipal e financiamento, e procurava uma redistribuição de competências entre as diferentes divisões administrativas do país. Por último, o quarto pilar da reforma de 2011 procurava alcançar uma maior democracia local, ou seja, pretendia promover o debate sobre um novo mapa jurídico municipal. O objetivo da reforma era, sem sombra de dúvida, reduzir os custos que as estruturas administrativas deste tipo geravam para o Estado. Este livro, não obstante, descreve pormenorizadamente os aspetos técnicos da Reforma Administrativa.

À semelhança das tentativas de reforma da administração local anteriores, a Reforma de 2011 teve de enfrentar as resistências

habituais. Mesmo assim, o Executivo de Passos Coelho manteve-se fiel ao compromisso de reduzir o número de juntas de freguesia e conseguiu aplicar a reforma. Efetivamente, a reforma culminou num êxito notável. Graças à transferência de competências, à redução de custos e a uma maior eficiência, os municípios disfrutaram agora de maior autonomia e, para além disso, a qualidade dos serviços públicos que prestam não só se manteve como, em alguns casos, até melhorou. Parte deste sucesso ficou a dever-se ao apoio que a reforma recebeu por parte da sociedade portuguesa.

O facto de nenhum Governo português ter conseguido implementar a Reforma da Administração até àquele momento fez com que a Reforma de 2011 tenha sido um grande feito. Ainda assim, a importância desta reforma não reside unicamente neste fator, a sua transcendência recai também no facto de se tratar de uma reforma que foi posta em curso e concluída num momento muito difícil para a economia lusa, fortemente afetada pela crise económica.

Os autores da Reforma da Administração Local de 2011 provaram, com a implementação e o culminar da mesma, a sua vontade reformista, a sua visão estratégica e, simultaneamente, a sua capacidade de racionalização, aproveitando a oportunidade oferecida pela crise para dar ao Estado uma dimensão mais justa, poupando uma boa quantidade de recursos públicos.

De qualquer modo, este livro, que contém uma análise exaustiva da reforma administrativa de Portugal, resulta de uma análise exaustiva para compreender as alterações que tiveram lugar no país ao longo dos últimos anos e o alcance das mesmas. Através deste livro, o autor coloca à disposição de todos os interessados um texto rigoroso e esclarecedor sobre uma reforma modernizadora e com tão importante alcance.

José Maria Aznar